

Documento de Informações Essenciais – DIE
de Letras Financeiras da 2ª (Segunda) Emissão do Banco Industrial do Brasil S.A.
(“DIE”)

**LEIA ATENTAMENTE OS TERMOS E CONDIÇÕES DO INSTRUMENTO DE
EMIÇÃO E DESTE DIE ANTES DE APLICAR NAS LETRAS FINANCEIRAS**

1. **INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NOS TERMOS DO ARTIGO 7º E DO ANEXO B DA
RESOLUÇÃO CVM Nº 8**

1.1. ***Nome do Emitente e número de inscrição no CNPJ/ME.*** É o **BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.**, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 31.895.683/0001-16 (**“Emitente”**).

1.2. ***Instrumento de Emissão.*** É o ***“Instrumento Particular da 2ª (Segunda) Emissão Para Distribuição Pública de Letras Financeiras do Banco Industrial do Brasil S.A.”*** a ser celebrado entre o Emitente e a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** (**“Instrumento de Emissão”** e **“Agente de Letras Financeiras”**, respectivamente).

1.3. ***Risco de crédito do Emitente.*** O recebimento dos montantes devidos ao investidor está sujeito ao risco de crédito do Emitente. A capacidade do Emitente de suportar as obrigações decorrentes das letras financeiras de sua emissão (**“Letras Financeiras”**) depende do adimplemento, pelo Emitente das obrigações oriundas do presente DIE e no âmbito do Instrumento de Emissão. Caso o risco de crédito se materialize, ainda que atendidas as condições de remuneração das Letras Financeiras, o investidor poderá ficar sem receber qualquer retorno financeiro ou até perder a totalidade do capital investido.

1.3.1. As Letras Financeiras não contarão com garantias de nenhuma natureza, sendo da espécie quirografária, sem cláusula de subordinação. Assim, o recebimento integral e tempestivo pelos titulares de Letras Financeiras (**“Titulares”**) dos montantes devidos dependerá do adimplemento das Letras Financeiras pelo Emitente.

1.3.2. Ademais, é importante salientar que não há garantias de que os procedimentos de cobrança e/ou execução judicial ou extrajudicial das Letras Financeiras serão bem-sucedidos ou terão um resultado positivo.

1.3.3. Portanto, uma vez que o pagamento da Remuneração das Letras Financeiras depende do pagamento integral e tempestivo pelo Emitente, a ocorrência de eventos internos ou externos que afetem a situação econômico-financeira do Emitente e sua capacidade de pagamento poderá afetar negativamente o fluxo de pagamentos das Letras Financeiras.

1.4. ***Garantia do Fundo Garantidor de Crédito.*** As Letras Financeiras não são garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito – FGC.

1.5. ***Possibilidade da Letra Financeira gerar valor de resgate inferior ao valor de sua emissão.*** O STJ editou a Súmula nº 176 declarando ser “nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela CETIP”. Há a possibilidade de, em uma eventual disputa judicial, a Súmula nº 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Letras Financeiras. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser indicado pelo Poder Judiciário para substituir a Taxa DI poderá conceder aos Titulares uma remuneração inferior à remuneração inicialmente estabelecida para as Letras Financeiras no Instrumento de Emissão e neste DIE.

1.6. ***Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária.*** Nos termos do artigo 5º da Resolução CMN nº 4.733, de 27 de junho de 2019, conforme alterada (“Resolução CMN nº 4.733”), é vedado o resgate, total ou parcial, das Letras Financeiras, antes da Data de Vencimento, exceto para fins de imediata troca por outras letras financeiras de emissão do Emitente, nas hipóteses e condições previstas no artigo 5º, § 1º, da Resolução CMN nº 4.733. Não poderá ser realizada Amortização Extraordinária pelo Emitente. Nos termos do artigo 5º da Resolução CMN nº 4.733, a troca de Letras Financeiras está sujeita a:

- (i) proibição de troca de Letras Financeiras com previsão de cláusula de subordinação, por Letras Financeiras sem previsão de cláusula de subordinação;
- (ii) proibição de troca por Letras Financeiras emitidas em prazo inferior a 12 (doze) meses;
- (iii) resgate antecipado realizado por meio de mercado de balcão organizado; e
- (iv) as Letras Financeiras colocadas em substituição ao título resgatado devem observar as seguintes características:

- (a) valor nominal unitário igual ou superior ao valor de mercado da Letra Financeira, deduzido das obrigações tributárias decorrentes da operação;
- (b) prazo de vencimento superior ao prazo remanescente do título resgatado, observado o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses; e
- (c) mediante aprovação dos titulares das Letras Financeiras em Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 12 do Instrumento de Emissão.

1.7. ***Amortização Antecipada Facultativa.*** É vedada a amortização antecipada das Letras Financeiras.

1.8. ***Aquisição Facultativa.*** Uma vez que as Letras Financeiras serão emitidas sem cláusula de subordinação, conforme disposto na Cláusula 4.4 do Instrumento de Emissão, o Emitente poderá, a qualquer tempo, adquirir Letras Financeiras, desde que por meio de mercado de balcão organizado, operacionalizado e administrado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), para efeito de permanência em tesouraria e venda posterior, observadas as restrições impostas pelo artigo 10 da Resolução CMN nº 4.733. As Letras Financeiras adquiridas de terceiros por instituições do mesmo conglomerado prudencial, nos termos da Resolução CMN nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, conforme alterada, e do mesmo conglomerado econômico do Emitente ou por demais entidades submetidas ao controle direto ou indireto do Emitente devem ser consideradas no cômputo do limite de que trata este item, nos termos do artigo 10, § 2º, da Resolução CMN nº 4.733. As Letras Financeiras objeto desse procedimento poderão: (i) permanecer em tesouraria do Emitente; ou (ii) ser recolocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CMN nº 4.733. As Letras Financeiras, se recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das Letras Financeiras.

1.9. ***Valor Nominal Unitário.*** As Letras Financeiras terão valor nominal unitário de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

1.10. ***Prazo e Data de Vencimento.*** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos previstos nas Cláusulas 5.2 e 5.3 do Instrumento de Emissão, e observada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado (conforme definido na Cláusula 5.4.3 do Instrumento de Emissão), o prazo de vencimento das: (i) Letras Financeiras da 1ª Série é de

24 (vinte e quatro) meses e 10 (dez) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 8 de novembro de 2023 (“Data de Vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série”); e (ii) Letras Financeiras da 2ª Série é de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de outubro de 2024 (“Data de Vencimento das Letras Financeiras da 2ª Série” e, em conjunto com a Data de Vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série “Data de Vencimento”).

1.11. ***Coleta de Intenções de Investimento.*** Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenadores”), para a definição, pelo Emitente, após discussão com os Coordenadores, (i) do Valor Total da Emissão; (ii) da realização da Emissão em duas séries ou em série única; (iii) da taxa final da Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série e da taxa final da Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série, caso aplicável; e (iv) da quantidade de Letras Financeiras da 1ª Série e da quantidade de Letras Financeiras da 2ª Série, caso aplicável, através de sistema de vasos comunicantes sem quantidade mínima de Letras Financeiras a serem alocadas em cada série, mas respeitando-se a Quantidade Mínima da Emissão (conforme definido abaixo) (“Procedimento de Bookbuilding”).

1.12. ***Taxa de Juros e Regime de Cálculo.***

1.12.1. ***Juros Remuneratórios das Letras Financeiras da 1ª Série:*** sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 1ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de sobretaxa (*spread*) de 1,7500% (um inteiro e sete mil e quinhentos décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* (“Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento. A Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 1ª Série, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série (exclusive) (“Período de

Capitalização da 1ª Série”) de acordo com os critérios definidos no “*Caderno de Fórmulas – CDBs, DIs, DPGE, LAM, LC, LF, LFS, LFSC, LFSN, IECI e RDB – Cetip21*”, disponível para consulta na página da B3 na rede mundial de computadores (<http://www.b3.com.br>), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\mathbf{J = VNe \times (Fator\ de\ Juros - 1)}$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série devida no final do Período de Capitalização da 1ª Série (conforme definido no Instrumento de Emissão), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator\ Juros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data do início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

n = número total de Taxas DI consideradas no cálculo do ativo;

TDI_k = Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI de ordem k, divulgada pela B3, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread = Fator calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

spread = 1,7500 (um inteiro e sete mil e quinhentos décimos de milésimos); e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão (inclusive) e a Data de Vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série, sendo “DP” um número inteiro.

Observações:

- (i) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (iii) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

1.12.2. *Juros Remuneratórios das Letras Financeiras da 2ª Série:* sobre o Valor Nominal Unitário de cada uma das Letras Financeiras da 2ª Série incidirão juros

remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescido de sobretaxa (*spread*) de 1,9000% (um inteiro e nove mil décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (“Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série” e, em conjunto com Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série, “Remuneração”). A Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 2ª Série, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Letras Financeiras da 2ª Série (exclusive) (“Período de Capitalização da 2ª Série”) de acordo com os critérios definidos no “Caderno de Fórmulas – CDBs, DIs, DPGE, LAM, LC, LF, LFS, LFSC, LFSN, IECI e RDB – Cetip21”, disponível para consulta na página da B3 na rede mundial de computadores (<http://www.b3.com.br>), de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série devida no final do Período de Capitalização da 2ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;

n = número total de Taxas DI consideradas no cálculo do ativo;

TDI_k = Taxa DI de ordem k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI de ordem k , divulgada pela B3, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread = Fator calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

spread = 1,9000 (um inteiro e nove mil décimos de milésimos); e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão (inclusive) e a Data de Vencimento das Letras Financeiras da 2ª Série, sendo “DP” um número inteiro.

Observações:

- (i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (iii) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

1.12.3. Observado o disposto na Cláusula 4.10.3.1 do Instrumento de Emissão, se, a qualquer tempo durante a vigência das Letras Financeiras, não houver divulgação da Taxa DI por até 10 (dez) dias consecutivos, será aplicada a última Taxa DI disponível até o momento para cálculo da Remuneração das Letras Financeiras, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre o Emitente e os Titulares das Letras Financeiras, multas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

1.12.4. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente de Letras Financeiras deverá, em até 5 (cinco) dias após (i) término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos da indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI; ou (ii) a data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, convocar Assembleia Geral de Titulares de Letras Financeiras, de acordo com os termos do Instrumento de Emissão, para decidir, conjuntamente com o Emitente, a respeito das novas diretrizes de remuneração das Letras Financeiras, que deverão ser aquelas que melhor reflitam as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a definição dessas novas diretrizes de remuneração das Letras Financeiras, a última Taxa DI divulgada deverá ser utilizada no cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relacionadas às Letras Financeiras, não sendo devida qualquer compensação financeira entre o Emitente e os Titulares de Letras Financeiras, quando da definição das novas diretrizes de remuneração das Letras Financeiras. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Titulares ou seja divulgada taxa oficial que a substitua, conforme aplicável, a referida Assembleia Geral não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada ou taxa oficial que a substitua, conforme aplicável, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração das Letras Financeiras a partir da data da respectiva divulgação da Taxa DI ou da taxa oficial que a substitua.

1.12.5. Na hipótese de ausência de acordo na Assembleia Geral sobre a taxa substitutiva da Taxa DI entre o Emitente e os Titulares de Letras Financeiras representando (i) em primeira convocação, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Letras Financeiras em Circulação; ou (ii) em segunda convocação, a maioria simples dos presentes na respectiva Assembleia Geral, será considerada, para fins de Remuneração das Letras Financeiras, até a Data de Vencimento, a última Taxa DI divulgada.

1.13. ***Outras Formas de Remuneração.*** Não aplicável.

1.14. ***Atualização do Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras.*** O Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras não será atualizado monetariamente.

1.15. ***A Forma, a Periodicidade e o Local de Pagamento da Remuneração e do Valor Nominal Unitário.***

1.15.1. ***Pagamento da Remuneração de ambas as Séries.*** A Remuneração das (i) Letras Financeiras da 1ª Série será paga integralmente na Data de Vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série; (ii) a Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série será paga integralmente na Data de Vencimento das Letras Financeiras da 2ª Série, exceto em caso de pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado.

1.15.2. ***Pagamento do Valor Nominal Unitário de ambas as Séries.*** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de, se assim permitido nos termos do Instrumento de Emissão, depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado, vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos previstos no Instrumento de Emissão, (i) o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 1ª Série será amortizado em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento da 1ª Série; e (ii) o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 2ª Série será amortizado em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento da 2ª Série.

1.16. ***Local de Pagamento.*** Os pagamentos referentes às Letras Financeiras, bem como a quaisquer outras obrigações pecuniárias eventualmente devidas pelo Emitente no âmbito do Instrumento de Emissão, serão efetuados pelo Emitente, sem a aplicação de

qualquer dedução (exceto eventuais deduções previstas em leis tributárias) ou compensação, nos termos do artigo 368 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e por meio dos procedimentos adotados pela B3.

1.17. ***Direito ao Recebimento dos Pagamentos.*** Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Titulares, nos termos do Instrumento de Emissão, aqueles que forem Titulares no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

1.18. ***Descrição da Garantia Real ou Fidejussória.*** Não aplicável, uma vez que as Letras Financeiras não contarão com garantias de nenhuma natureza e/ou qualquer preferência (dívida quirografária).

1.19. ***Cláusula de opção de recompra pelo Emissor ou de opção de revenda para o Emissor.*** Não aplicável.

1.20. ***Cláusula de subordinação aos credores quirografários.*** Não aplicável.

1.21. ***Entidade administradora do mercado organizado que mantém sistema de registro das Letras Financeiras. Depósito para distribuição e negociação.*** As Letras Financeiras serão depositadas para distribuição no mercado primário e secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), operacionalizado e administrado pela B3, observado que: (i) a liquidação financeira das Letras Financeiras será realizada na conta B3 do Emissor ou mediante depósito de recursos na conta do Emissor indicada no Contrato de Distribuição; (ii) a custódia eletrônica das Letras Financeiras será realizada na B3; e (iii) a negociação das Letras Financeiras deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

1.22. **A presente Oferta foi automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do disposto no artigo 2º da Resolução CVM nº 8, de modo que a CVM não analisou previamente esta Oferta e a distribuição das Letras Financeiras não implica, por parte da CVM, a garantia de veracidade das informações prestadas, de adequação da Letras Financeiras à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do emissor ou da instituição intermediária.**

1.23. **Balancetes e balanços patrimoniais do Emitente.** Os balancetes e balanços patrimoniais do Emitente podem ser obtidos por meio do *website*: <https://ri.bib.com.br/list.aspx?idCanal=P2lt8ZpEkzeFBHojDaDXHg==&ano=2021>.

1.24. **Atos normativos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil que dispõem sobre a Letra Financeira.**

- (i) Resolução CMN nº 4.733, de 27 de junho de 2019, conforme alterada pela Resolução CMN nº 4.788, de 23 de março de 2020, obtida por meio do “https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50794/Res_4733_v1_O.pdf”;
- (ii) Resolução do Banco Central do Brasil nº 122, de 02 de agosto de 2021, obtida por meio do “<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4733>”; e
- (iii) Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, obtida por meio do “<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4280>”.

1.25. **Tributação Aplicável.** Conforme previsto no Anexo I ao presente DIE;

1.26. **Encaminhamento de reclamações.**

Ao Emitente:

https://ri.bib.com.br/fale_conosco.aspx?idCanal=WnFUkrPEK0XDX4T5FVUHsA==

Ao Banco Central do Brasil:
https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/registrar_reclamacao

À CVM:

https://cvmweb.cvm.gov.br/swb/default.asp?sg_sistema=sac

Adicionalmente às informações acima prestadas nos termos da regulamentação aplicável, o Emitente presta ainda as seguintes informações sobre as Letras Financeiras:

1.27. **Número da Emissão.** As Letras Financeiras representam a 2ª (segunda) emissão pública de letras financeiras do Emitente.

1.28. **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R\$ 292.750.000,00 (duzentos e noventa e dois milhões setecentos e cinquenta mil reais), na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

1.29. **Quantidade.** Serão emitidas 5.855 (cinco mil oitocentas e cinquenta e cinco) Letras Financeiras, sendo que a respectiva quantidade de Letras Financeiras de cada Série foi apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, através de sistema de vasos comunicantes sem quantidade mínima de Letras Financeiras a serem alocadas em cada série, mas respeitando-se a distribuição de, no mínimo, de 4.000 (quatro mil) Letras Financeiras (“Quantidade Mínima da Emissão”).

1.30. **Séries.** A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding*.

1.31. **Comprovação de Titularidade.** Para todos os fins de direito, a titularidade das Letras Financeiras será comprovada por meio de extrato individualizado e, a pedido do titular de Letras Financeiras, exclusivamente para fins do artigo 38, § 1º, da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2020, por meio de certidão de inteiro teor, ambos emitidos pela B3. Adicionalmente, poderá ser expedido pelo Escrirador extrato em nome do Titular de Letras Financeiras, com base nas informações geradas pela B3. Tal certidão será suficiente para habilitar qualquer medida judicial ou extrajudicial contra o Emitente, inclusive a execução de valores devidos nos termos do Instrumento de Emissão.

1.32. **Conversibilidade.** As Letras Financeiras não serão conversíveis em ações de emissão do Emitente.

1.33. **Espécie.** As Letras Financeiras serão da espécie quirografária e não possuirão cláusula de subordinação.

1.34. **Data de Emissão.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Letras Financeiras será 29 de outubro de 2021 (“Data de Emissão”).

1.35. ***Escrituração.*** A escrituração das Letras Financeiras será realizada por Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215, 4º Andar, conjunto 41, sala 2, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 (“Escriturador”).

1.36. ***Repactuação Programada.*** As Letras Financeiras não serão objeto de repactuação programada.

1.37. ***Prorrogação dos Prazos.*** Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer montante devido pelo Emitente nos termos do Instrumento de Emissão, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação não for um Dia Útil.

1.38. ***Encargos Moratórios.*** Sem prejuízo da Remuneração das Letras Financeiras, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer pelo Emitente de qualquer quantia devida aos Titulares de Letras Financeiras, os débitos em atraso vencidos e não pagos, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“Encargos Moratórios”).

1.39. ***Decadência dos Direitos aos Acréscimos.*** O não comparecimento do Titular de Letras Financeiras para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias do Emitente nas datas previstas no Instrumento de Emissão, ou em comunicado publicado pelo Emitente nos termos do Instrumento de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento adicional da Remuneração das Letras Financeiras e/ou Encargos Moratórios, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

1.40. ***Imunidade Tributária.*** Caso goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, o Titular de Letras Financeiras deverá encaminhar ao Emitente, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Letras Financeiras, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. O Titular de Letras Financeiras que tenha apresentado documentação

comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Emitente, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja por ele solicitada.

1.41. ***Descrição das Letras Financeiras.*** As letras financeiras são títulos de renda fixa de longo prazo, emitidas por instituições financeiras, com prazo de vencimento superior a dois anos e demais características mínimas definidas pela legislação em vigor. Trata-se de um ativo destinado a clientes que buscam diversificar seus investimentos e buscam horizontes mais longos de investimentos.

A presente Oferta foi automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do disposto no artigo 2º da Resolução CVM nº 8, de modo que a CVM não analisou previamente esta Oferta. A distribuição das Letras Financeiras não implica, por parte da CVM, a garantia de veracidade das informações prestadas, de adequação das Letras Financeiras à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do Emitente ou das instituições intermediárias.

As informações apresentadas neste DIE não implicam, por parte dos Coordenadores, qualquer declaração, garantia ou julgamento sobre a qualidade do Emitente. Os Coordenadores e seus representantes não se responsabilizam por quaisquer perdas que possam advir como resultado de decisão de investimento nas Letras Financeiras, pelos Investidores (conforme definido no Instrumento de Emissão), tomada com base nas informações contidas neste DIE.

A Oferta será realizada nos termos da Resolução CVM nº 8 e, portanto, não será objeto de registro perante a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), uma vez que a necessidade de registro de oferta de letras financeiras nos termos da Resolução CVM nº 8 não está prevista no “*Código ANBIMA para Ofertas Públicas*”, em vigor desde 6 de maio de 2021.

Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste documento que não estiverem expressamente aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Instrumento de Emissão.

ANEXO I – TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL

Tributação Aplicável aos Investidores. Alguns investidores podem estar sujeitos a tributação específica, dependendo de sua qualificação ou localização. Os investidores não devem considerar unicamente as informações contidas neste item para fins de avaliar o investimento nas Letras Financeiras, devendo consultar seus próprios assessores quanto à tributação específica sobre o investimento, ou a ganhos porventura auferidos em operações com as Letras Financeiras.

Imposto de Renda. Pessoas Físicas ou Jurídicas Residentes no Brasil: Como regra geral, os rendimentos de renda fixa auferidos por pessoas física e jurídicas não-financeiras estão sujeitos à incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”), a ser calculado com base na aplicação de alíquotas regressivas, aplicadas em função do prazo do investimento gerador dos rendimentos tributáveis. Como as Letras Financeiras consistem em investimento com prazo superior a 720 (setecentos e vinte) dias, a alíquota aplicável é de 15% (quinze por cento). O prazo de aplicação é contado da data em que o respectivo titular da Letra Financeiras efetuou o investimento, até a Data de Vencimento das Letras Financeiras (artigo 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e artigo 65 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995 (“Lei nº 8.981”). Há, ainda, regras específicas aplicáveis a cada tipo de investidor, conforme sua qualificação como pessoa física, pessoa jurídica, inclusive isenta, instituições financeiras, fundos de investimento, seguradoras, por entidades de previdência privada, sociedades de capitalização, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil ou investidor estrangeiro. O IRRF retido na forma descrita acima das pessoas jurídicas não financeiras tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, é considerado antecipação do imposto de renda devido, gerando o direito à restituição ou compensação com o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) apurado em cada período de apuração. O rendimento também deverá ser computado na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”). As alíquotas do IRPJ correspondem a 15% (quinze por cento) e adicional de 10% (dez por cento), sendo o adicional calculado sobre a parcela do lucro tributável que exceder o equivalente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) por ano. Já a alíquota da CSLL, para pessoas jurídicas não financeiras e não equiparadas a financeiras, corresponde a 9% (nove por cento). Para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de julho de 2015, os rendimentos em letras financeiras auferidos por pessoas jurídicas, tributadas de acordo com a sistemática não-cumulativa para fins da apuração da Contribuição ao Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“PIS/COFINS”) estão sujeitos à

incidência dessas contribuições às alíquotas de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente (Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015). Com relação aos investimentos nas Letras Financeiras realizados por instituições financeiras, fundos de investimento, seguradoras, por entidades de previdência privada fechadas, entidades de previdência complementar abertas, sociedades de capitalização, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil, há dispensa de retenção do IRRF, de acordo com a legislação aplicável a cada caso. Não obstante a dispensa de retenção na fonte, os rendimentos decorrentes de investimento em letras financeiras por essas entidades, geralmente e à exceção dos fundos de investimento, serão tributados pelo IRPJ, à alíquota de 15% (quinze por cento) e adicional de 10% (dez por cento). A alíquota de CSLL aplicável a essas entidades desde 1º de janeiro de 2019 era, em regra, de 15% (quinze por cento). Os bancos de qualquer espécie estavam sujeitos à CSLL à alíquota de 20% (vinte por cento) desde 1º de março de 2020, com base na Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. A Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, alterou as alíquotas aplicáveis às entidades financeiras e assemelhadas nos seguintes termos: (i) 20% (vinte por cento) até 31 de dezembro de 2021 e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização, distribuidoras de valores mobiliários, corretoras de câmbio e de valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimentos, sociedades de crédito imobiliário, administradoras de cartões de crédito, sociedades de arrendamento mercantil e associações de poupança e empréstimo; (ii) 20% (vinte por cento) até 31 de dezembro de 2021 e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das cooperativas de crédito; e (iii) 25% (vinte e cinco por cento) até 31 de dezembro de 2021 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso dos bancos de qualquer espécie. Ademais, no caso dessas entidades, os rendimentos decorrentes de investimento em letras financeiras estão sujeitos ao PIS e COFINS às alíquotas de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente. As carteiras de fundos de investimentos, em regra, não estão sujeitas a tributação. As pessoas físicas e pessoas jurídicas optantes pela inscrição no Simples Nacional ou isentas terão seus ganhos e rendimentos tributados exclusivamente na fonte, ou seja, o imposto não é compensável (artigo 76, II, da Lei nº 8.981). A retenção do imposto na fonte sobre os rendimentos das entidades imunes está dispensada desde que as entidades declarem sua condição à fonte pagadora (artigo 71 da Lei nº 8.981, com a redação dada pela Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995).

Investidores Residentes no Exterior: Regra geral, os Investidores Residentes no Exterior estão sujeitos ao mesmo tratamento tributário aplicável aos Investidores Pessoas Físicas

Residentes no Brasil. Não obstante, os ganhos de capital auferidos por investidores residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem recursos no Brasil de acordo com os termos previstos na Resolução CMN nº 4.373 e que não residam em país ou jurisdição com tributação favorecida nos termos do artigo 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 (“Lei nº 9.430”), estarão sujeitos a regime de tributação diferenciado. Como regra geral, os rendimentos auferidos por tais investidores, estarão sujeitos à incidência do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.585, de 31 de agosto de 2015 (“IN RFB 1.585/2015” e “RFB”, respectivamente). Os ganhos auferidos pelos investidores na cessão ou alienação das Letras Financeiras em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado que atendam aos requisitos acima podem estar sujeitos a um tratamento específico. Para maiores informações sobre o assunto, aconselhamos que os investidores consultem seus assessores legais. Caso os investidores sejam residentes em jurisdição com tributação favorecida, o IRRF incidirá conforme alíquotas regressivas aplicadas em função do prazo do investimento gerador dos rendimentos tributáveis (as Letras Financeiras estão sujeitas à alíquota de 15% (quinze por cento), por se caracterizarem como investimento com prazo superior a 720 (setecentos e vinte) dias). Embora seja possível sustentar que o ganho de capital deva ser considerado como rendimentos, caso em que estaria sujeito à alíquota regressiva de 22,50% (vinte e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) a 15% (quinze por cento), há risco de tal rendimento ser considerado como ganho sujeito à incidência do imposto de renda à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) (alíquota aplicável a residentes de jurisdições com tributação favorecida). Considera-se jurisdição com tributação favorecida para fins da legislação brasileira aplicável a investimentos estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais brasileiros, os países e jurisdições (i) que não tributem a renda ou capital; (ii) que o fazem à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento); (iii) que o fazem à alíquota máxima inferior a 17% (dezessete por cento), no caso das jurisdições que atendam aos padrões internacionais de transparência previstos na Instrução Normativa da RFB nº 1.530, de 19 de dezembro de 2014; ou (iv) cuja legislação não permita o acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas, à sua titularidade ou à identificação do beneficiário efetivo de rendimentos atribuídos a não residentes. A lista de países e jurisdições cuja tributação é classificada como favorecida consta da Instrução Normativa da RFB nº 1.037, de 4 de junho de 2010. A Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008 (“Lei nº 11.727”), acrescentou o conceito de “regime fiscal privilegiado” para fins de aplicação das regras de preços de transferência e das regras de subcapitalização, assim entendido o regime legal de um país que (i) não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou 17% (dezessete por cento), conforme aplicável; (ii) conceda vantagem de natureza fiscal a pessoa física ou jurídica não

residente sem exigência de realização de atividade econômica substantiva no país ou dependência ou condicionada ao não exercício de atividade econômica substantiva no país ou dependência; (iii) não tribute, ou o faça em alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou 17% (dezessete por cento), conforme aplicável, os rendimentos auferidos fora de seu território; e (iv) não permita o acesso a informações relativas à composição societária, titularidade de bens ou direitos ou às operações econômicas realizadas. A despeito de o conceito de “regime fiscal privilegiado” ter sido editado para fins de aplicação das regras de preços de transferência e subcapitalização, é possível que as autoridades fiscais tentem estender a aplicação desse conceito para outras questões. Recomenda-se, portanto, que os investidores consultem seus próprios assessores legais acerca dos impactos fiscais relativos à Lei nº 11.727. Adicionalmente, os ganhos decorrentes das operações em bolsa realizadas por investidores residentes em jurisdição com tributação favorecida sujeitam-se também ao IRRF à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento), nos termos da IN RFB 1.585/2015, artigo 63, § 3º, inciso I, “b”, e inciso II, “c”.

IOF/Títulos. As operações com Letras Financeiras estão sujeitas ao IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), nos termos do Decreto nº 6.306 de 14 de dezembro de 2007, artigo 32, § 2º, inciso VI. A alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia, embora essa possibilidade seja válida apenas para as transações efetuadas em data futura à majoração da alíquota.